

CIDADE CONTÍNUA|OCUPADA: ESPAÇO PÚBLICO, INTERVENÇÕES URBANAS E LÓGICA TRANSCULTURAL DIGITAL EM TERRITÓRIOS DESCONTÍNUOS ¹

Dinah Papi Guimaraens – Professora Associada.
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF/RJ).

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Público;
Transculturalidade

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

INTRODUÇÃO



1- Universo Digital Transcultural. Shanghai, China.

Foto: Dinah Guimaraens, 2010.

A investigação, ora em andamento pelo Laboratório da Paisagem e do Lugar-LAPALU do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo-PPGAU da Universidade Federal Fluminense-UFF, busca identificar visualmente, através de uma *cartografia*

sensível (CARERI, 2013) com documentação gráfico-fotográfica, bem como analisar criticamente as *marcas urbanas* impressas no novo espaço público participativo das cidades brasileiras. Este espaço público é definido por uma atuação sociopolítica, articulada por redes virtuais, que permite o exercício da democracia e da cidadania através de uma cadeia produtiva de eventos que revelam a existência de uma *nova economia criativa da cultura carioca* na Cidade Contínua|Ocupada.

Visa o projeto expressar através de um website interativo, em *tempo real*, o conhecimento conjunto de acadêmicos, artistas, *hackers* e ativistas sobre os movimentos de rua, no sentido de estabelecer uma linguagem capaz de expressar o multifacetado mundo dos *bens comuns* (LAFUENTE, 2012). Quer-se, então, desvendar o espaço participativo urbano definido pela atuação de uma *nova classe média* articulada por redes virtuais que valorizam a diversidade cultural e pelas inevitáveis repercussões políticas decorrentes da ocupação do Rio de Janeiro pelas forças militares da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) após o desfile da Escola de Samba Paraíso da Tuiuti, na Sapucaí, onde um carro alegórico apresentou uma fantasia de destaque de um Presidente-Vampiro caracterizando Michel Temer no carnaval de 2018.

Dentro de uma lógica *transcultural* (GUIMARAENS, 2016) relacionada às transformações ocorridas na junção de culturas distintas, se estende o alcance do saber acadêmico em arquitetura e urbanismo, ampliando a discussão para o campo da filosofia, da antropologia e das

tecnologias digitais, de forma a encontrar soluções viáveis para o impasse de megacidades brasileiras e latino-americanas quanto à ocupação do espaço público.

Buscando garantir a qualidade da vida urbana, o contexto e seu entorno devem derivar de elementos geográficos, culturais, econômicos e políticos para definir as requeridas intervenções urbanas. Tais intervenções, por sua vez, logram estabelecer novas situações e novos cenários desenhados por bairros, quadras, conexões, marcos, volumes, massas, ritmos, tipologias, densidades, alturas e estruturas de espaços públicos e privados na cidade de fluxos e mobilidade atual.

A qualidade de vida urbana carioca se encontra ameaçada pela onda de violência exacerbada ora vigente em favelas da zona sul e em comunidades de subúrbios e da zona oeste. A falência de um modelo neoliberal de poder público que entende a cultura somente como “commoditização” (BRANDT, 2003, p. 3) parece ser um dos responsáveis por tal violência, indicando uma dimensão de dominação e manipulação que se expressa na cidade contemporânea.

Será que a superação de desigualdades estruturais da sociedade do capitalismo tardio (JAMESON, 2004) poderia, em contrapartida, conduzir à adoção da perspectiva dos desprivilegiados que orienta os rumos de um urbanismo comprometido com ideais de justiça social e cidadania participativa? Ou será que uma Cidade Desigual se afirma cada vez mais, em meio à própria violência tantas vezes recrudescida pela tentativa frustrada do poder público em contê-la

através de forças policiais e militares, no caso carioca? É o que parece indicar, infelizmente, o assassinato da Vereadora Marielli Franco em 14/03/2018, ocasionando um amplo movimento popular de rua de repúdio contra o poder público e a repressão policial que foi deflagrado pelas mídias virtuais em tempo real na Cidade Contínua|Ocupada.



2- Revista para divulgação da nova capital.

Belo Horizonte, Editores Bloch S/A, 1956.

ESTADO DA ARTE

Brasília, como cidade modernista ocupada pelo poder oficial burocrático, revela em seu projeto do Plano Piloto uma forma antropomórfica com a própria sociedade brasileira, vista a partir do instrumental crítico *foucaultiano* da *arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2002) e da oposição entre *espaço liso* (nômade) e *espaço estriado* (sedentário) que define um *modelo tecnológico* como paradigma platônico da ciência “régia” ou da arte de governar os homens ou de exercer o aparelho de Estado (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 179-181).

Como modelo arquitetônico *panóptico* composto por espaços lisos-estriados, Brasília foi ocupada por

sindicatos, estudantes e forças populares em 24/05/2017, ocasionando a depredação de vários ministérios públicos e desaguando na tomada da cidade por tropas federais por solicitação expressa da Presidência da República, a qual foi publicada no Diário Oficial da União ao ser declarado um estado de emergência na capital federal brasileira.

Lógicas projetuais do desenho urbano surgem, assim, como responsáveis pelo estabelecimento de espaços de exclusão socioeconômica e de esquemas disciplinares de vigilância e de controle público-privado nas megacidades brasileiras. Esta ocupação da capital federal se junta à violência cotidiana carioca, contrapondo o projeto moderno da capital, com seus espaços de poder e de atualização de uma suposta cidadania à ocupação do Rio de Janeiro pelas Forças Armadas desde 2017.

Apesar de tal intervenção de segurança pública, o espaço urbano carioca foi depredado por hordas de arruaceiros que orquestraram, durante o carnaval de 2018, em uma onda de violência quase incontrolável em arrastões gravados por câmeras de celulares em tempo real. Esses *vândalos* estavam armados com pedaços de pau e porretes que foram arremessados contra turistas e moradores de Copacabana e Ipanema, além da ocorrência de um assalto contra um supermercado no Leblon e da impossibilidade parcial de funcionamento do Aeroporto Santos Dumont devido a um bloco carnavalesco que invadiu sua pista de pouso.

A arquitetura modernista de Niemeyer é encarada sob a ótica da ocupação pela *turba ignara* dos miseráveis da nação, revelando que o sonho igualitário de uma

cidade socialista foi para o *brejo* e a força exercida pelo patronato político de uma elite burocrática descrita por Faoro (1984) não poderia se esconder dentro de espaços contingentes anteriormente inexpugnáveis. A partir da oposição entre *verdade e política* discutida por Arendt (1995), se poderia contextualizar, eventualmente, a força federal policial e a truculência contra mascarados *lumpenproletariat* que foram reveladas, em tempo real, pela mídia digital na ocupação de Brasília e na atual intervenção no Rio de Janeiro por tropas militares federais?

O novo espaço público das megacidades brasileiras, agora *politizado e estetizado*, decorre principalmente do crescimento acelerado de tecnologias comunicacionais e da *cultura midiática* responsável pela transnacionalização das culturas, deslocamentos, contradições e desenhos urbanos móveis de uma *heterogeneidade pluritemporal e espacial* a partir de meados dos anos 1990. Desde junho de 2013, eclodiram forças coletivas divulgadas pelas redes sociais brasileiras indicando que, como sugeriu Lévy (1996), *o espaço virtual é um espaço real*.

Eis aqui algumas questões fundamentais: **Como as redes virtuais criam um mundo digital real e produzem uma nova imagem política e estética no Brasil urbano contemporâneo? Como esta nova cidade participativa define um mercado de bens culturais virtuais entendido como fator primordial de desenvolvimento político-social?**

À guisa de reflexão crítica, se relativiza o Novo Urbanismo do final dos anos 1980, o qual visava reintegrar os componentes da vida moderna – habitação, local de trabalho, fazer compras e

recreação – em bairros compactos de uso misto adaptados aos pedestres e unidos por sistemas de tráfego. Constata-se que ocorreu um esgotamento da alternativa de planejamento referenciada aos *suburbs* como forma de assentamento de baixa densidade típico de grandes cidades americanas, usualmente elitizados por congregar escritórios e moradias unifamiliares, complexos de apartamento e *shopping centers* dependentes do acesso pelo carro. Esteticamente, este modelo urbano se filiou ao pós-modernismo (GHIRARDO, 1996), tendo se voltado para um planejamento físico-territorial que acabou por conduzir a uma participação popular limitada devido aos problemas decorrentes do binômio modernização com sustentabilidade ecológica das cidades por ele preconizado.

Como resultado da crítica a um urbanismo baseado na mobilidade automotiva dependente aplicado ao espaço público das Cidades Contínuas|Ocupadas atuais, o Pós-Ambientalismo do século XXI enfatiza não mais aquela Cidade do Futuro preconizada na Carta de Atenas, mas sim a Cidade do Presente com seus defeitos e contradições que busca gerenciar sua crise permanente baseando-se na diversidade cultural através de critérios como:

- 1) Refuncionalização Urbana baseada em princípios de Economia Criativa que preveem a reestruturação de espaços públicos a partir de iniciativas populares de produção e consumo sociocultural;
- 2) Grandes Transformações por Meio de Microestruturas baseadas em economias domésticas e na vida cotidiana que elege espaços públicos em baldios|vazios da cidade, criando jardins, hortas e muros verdes como atividades de agricultura familiar urbana;

- 3) Cidade como Favela High-Tech que evita soluções rígidas e definitivas e que permite aos espaços públicos serem retransformados para acomodar novas atividades, considerando a liberalização integral do sistema urbano como um valor positivo;
- 4) Cidade como Computador Pessoal a Cada Vinte Metros Quadrados que muda de função em tempo real e hospeda qualquer tipo de atividade em qualquer lugar como os fluxos e as redes virtuais, evitando tipologias especializadas, instalações rígidas e identificação entre forma e função;
- 5) Hospitalidade Cósmica menos antropocêntrica e mais aberta à biodiversidade;
- 6) Modelos Fracos de Urbanização que criam liminares entre cidade e campo com territórios híbridos, meio urbanos-meio agrícolas, perímetros permeáveis entre o público e o privado e territórios produtivos descontínuos (DOHERTY, 2014, p. 110-111).

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Como este novo modelo de microplanejamento urbano participativo se encontra expresso na *cartografia* dos movimentos de rua brasileiros? Enquanto instrumental teórico de avaliação da eficácia de políticas públicas e privadas de intervenções urbanas, se emprega aqui o conceito de planejamento comunicativo | colaborativo (HABERMAS, 2003, 2010), definido como um poder criador de consenso da conversação argumental.

A racionalidade instrumental deriva da *ação estratégica* (HABERMAS, 2010, p.150) orientada para a busca do entendimento comunicacional (*communicative planning*). Apesar do fato de que a gestão urbana progressista precisa ser “um governo

para todos”, o reconhecimento das desigualdades estruturais como principal característica da sociedade capitalista deve conduzir à adoção de uma perspectiva dos desprivilegiados que pode coadunar os rumos de um urbanismo comprometido com ideais de justiça social. Na sociedade digital do capitalismo tardio a vida social, *antropologizada*, se torna cultura e a *densificação das dimensões teatrais e rituais da política* fazem com que esta passe a constituir uma *cena fundamental da vida pública* (MARTIN-BARBERO, 2008).

O neoconservadorismo internacional da sociedade contemporânea visa conduzir ao deslocamento de competências parlamentares estatais para zonas cinzentas neocorporativas da iniciativa privada, levando à diminuição da legitimidade do sistema político e fazendo aflorar, em consequência, uma *ingovernabilidade* e uma *inflação de reivindicações* decorrentes do desacoplamento entre administração e formação pública da vontade (HABERMAS, 2015).

Tal densificação de *dimensões teatrais* da política no universo digital parece decorrer da era *transestética de estetização hipermoderna* dos mercados de consumo que extrapola esferas de produção, alcançando modos de vida, relações com o corpo e o gosto pela moda, espetáculos, música, turismo, patrimônio cultural e decoração da casa, em todas as camadas da sociedade. O *regime hiperindividualista* de consumo divulgado pela mídia digital é hedonista e emocional, ou *estético*, levando ao prazer da descoberta, da evasão e da não conformidade aos códigos de representação social convencionais (LIPOVESTSKY & SERROY, 2015).

A estética autorreflexiva que estrutura este *consumo hiperindividualista*, incentivado pelo universo digital, simboliza um vetor relevante para a afirmação identitária dos indivíduos, conduzindo-os, em tempo real, à participação política de *caráter espetacularizado*, reificada pelos meios de comunicação de massa. A lógica projetual modernista de Brasília se opõe àquele modelo neocolonial e neoclássico do centro urbano do Rio de Janeiro a partir de um *conceito-forma* (TSCHUMI, 2010) que revela o *mote desconstrutivista de ler a arquitetura como texto* representando, assim, o cerne do pensamento pós-moderno da revolução digital e da possibilidade aberta pelo computador de converter qualquer informação (texto, som, imagem, vídeo) em linguagem universal (SANTAELLA, 2003).

Nas cidades contemporâneas interligadas por fluxos de redes virtuais, ocorre um deslocamento causado pelas tecnologias digitais, através dos quais as Cidades Contínuas|Ocupadas dos movimentos culturais de ocupação urbana buscam transformar a *feitiçaria tecnológica* em paixão humana, imaginação e compreensão. Através da atuação da *tecnologia da mídia digital* e do emprego de amplos gestos teatrais nas manifestações de rua, a presença dos atores nos meios urbanos é assegurada nos palcos dos espaços públicos, neles representando cenas típicas de um *grande travesti eletrônico*.

O papel sociocultural desempenhado pela Antropologia Social ou Cultural aplicado à Arquitetura e ao Urbanismo enfatiza uma relação de oposição entre a disposição *comunal ou local* (com sua marca de identificação) e a disposição *universal*

(com a eliminação de possibilidades de identificação de disposições regionais pela lógica universal da empresa, do costume ou da tradição) nas intervenções urbanas que ocorrem, cotidianamente, nas principais capitais brasileiras através de um *expressionismo hiperconectado*.

Tal realismo doméstico decorre da *estetização* e da *espetacularização dos movimentos urbanos de rua* que levam a audiência a vislumbrar um *mundo espetacular* por detrás das paredes da sala de estar, de um universo que estabelece uma verdadeira *experiência interna* através do emprego de redes sociais, *chats* e *blogs* na vida contemporânea. Enfatiza-se uma desorientação experimentada como parte do processo que incorpora novos elementos de tecnologia interativa em uma performance ao vivo, compondo a atuação de cada dia com segmentos selecionados de clipes improvisados dos atores das cidades contemporâneas, organizados como um *coro grego*.

A pesquisa *online* sobre o caso brasileiro logra revelar elementos valiosos sobre a crise institucional da civilização ocidental e sobre o anacronismo da nação em um universo mundial globalizado. A presença de atores anônimos cotidianos pode, igualmente, expressar o fortalecimento de polos intermediários de influência socioeconômica baseados em países periféricos sul-americanos, os quais atuam como *zonas de conflito* a serem regidas pelo polo dominante europeu e norte-americano, constituindo uma alternativa à fragmentação mundial em estruturas antagônicas, a qual está se tornando cada vez mais profunda sob a prevalência das megaempresas.

A crítica precípua se dirige à pragmática econômica e à dinâmica da comunicação no interior das sociedades industriais avançadas e ao papel dos intelectuais no mundo globalizado no qual, ao invés de estarem comprometidos em construir democracias esclarecidas, se limitam muitas vezes a um conformismo em relação aos seus próprios atos, os quais podem se revelar, em última instância, destituídos de um sentido político-social (POULAIN, 2001). Em uma postura político-cultural de respeito à diversidade cultural brasileira, em seu “Discurso aos Tupiniquins ou Nambás” (1975), o crítico de arte Mário Pedrosa escreve:

"Em países como o nosso, [resilientes], embora oprimidos e [frequentemente criticados como] subdesenvolvidos no nível da história contemporânea . . . Quando se diz que sua arte é primitiva ou popular é o mesmo que dizer que é futurista”.

As palavras de Pedrosa sugerem que há percepções diferentes sobre o que é considerado valioso na arte, e quem decide que tipo de expressão artística é valiosa e qual não o é. Três anos após as palavras de Pedrosa, o fogo destruiu o Museu de Arte Moderna / MAM-Rio, em 08/07/1978. Este terrível evento representa um momento privilegiado para repensar os papéis estéticos e históricos da instituição museológica no Brasil. Mário lançou, sob os pilotis queimados do MAM-Rio, o Manifesto do Museu das Origens, sugerindo que o museu fosse dividido em cinco módulos: Arte Indígena, Arte Virgem (Museu do Inconsciente), Arte Moderna, Arte Afro-Brasileira e Arte Popular, como uma alternativa histórica à crise

vivida pelas vanguardas artísticas no capitalismo tardio.

A exposição “Alegria de Viver, Alegria de Criar”, com curadoria de Pedrosa após o fogo que destruiu quase completamente as coleções do MAM-Rio, foi projetada para incluir uma oca Yawalapiti do Xingu a ser disposta no espaço expositivo de pé direito duplo do museu. Infelizmente, até mesmo as melhores intenções parecem insuficientes no caso museológico brasileiro quanto à valorização do patrimônio imaterial indígena. Esta oca foi promulgada como uma expressão de que

“arte não é uma coisa artificial, mas ela vem do homem, seja qual for a tecnologia em que ele mora. A tecnologia prepara, mas não cria nada, nem ontem nem hoje. . . A arte não é crítica. A profissão do intelectual é ser revolucionário. . .” (Entrevista ao Pasquim, 11/11/1981).



3- Oca xinguna. Campus da Praia Vermelha-UFF.

Foto: Dinah Guimaraens, 2014.

QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

PLANEJAMENTO COLABORATIVO: O
CAMINHAR URBANO

A pesquisa se baseia no conceito de planejamento comunicativo | colaborativo (HABERMAS, 2010) que representa um instrumental teórico por excelência a ser empregado aos espaços públicos ocupados pelos movimentos de rua. De forma a vislumbrar o *novo espaço participativo urbano* criado nas cidades de Brasília e Rio de Janeiro, se adota a proposta metodológica de *andar à toa* (CARERI, 2013, p. 7) ou *do caminhar como forma de criar paisagens*, indicando um método de intervenção ou de prática estética que resulta em uma *cartografia urbana* gráfico-visual. *Roteiros do Caminhar Urbano* buscam, então, definir quais são os espaços eleitos pela mídia digital para serem percorridos, ocupados, interferidos e reproduzidos em imagens gravadas, televisionadas e divulgadas pela *internet*. Os espaços icônicos urbanos de caráter público podem ser assim resumidos:

Praças (Praças de Pedestres e Três Poderes - espaço aberto na Esplanada dos Ministérios entre o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília *versus* Praças da Candelária, Cinelândia, XV de Novembro, Tiradentes e Mauá, no Rio de Janeiro);

Avenidas (Esplanada dos Ministérios, em Brasília *versus* Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, além de outras como a Avenida Rodrigues Alves, próximo à Rodoviária Novo Rio, no centro);

Edifícios (Ministérios e Palácios - Alvorada, Planalto, Itamaraty -, em Brasília *versus* Prefeitura (*Piranhão*), Palácio Pedro Ernesto e Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro);

Equipamentos Públicos (Ônibus, Estandes, Bancos, Caixas Eletrônicas, Vitrines de Lojas etc);

Pontes, Autoestradas e Vias Expressas (Trevo Monumental, Eixo Monumental, Plataforma Rodoviária, Eixos Residenciais, em Brasília *versus* Ponte Rio-Niterói, Avenida Brasil, Via Dutra, Linha Amarela, Linha Vermelha, no Rio de Janeiro).

Tais espaços públicos de ocupação cultural e de participação sociopolítica são vistos segundo seus modelos de *design*, ocupação e gestão urbana para desvendar novas narrativas e novas normativas de invenção das megacidades brasileiras sob a égide do mundo *real* virtual das redes sociais inventadas por *ninjas*, *vândalos* mascarados, *hackers* e demais ativistas urbanos, em uma colaboração acadêmica estabelecida com o Centro de Ciências Humanas e Sociais-CSIC e o Laboratório do Pró-Comum do MediaLab-Prado, Madri, Espanha.

MORFOLOGIA URBANA: SINTAXE, MATERIALIDADE E ESPACIALIDADE

A morfologia urbana, como referencial epistemológico para a abordagem das propriedades sociais do espaço e das propriedades espaciais da sociedade, visa revelar *propriedades morfológicas locais e globais* em espaços e edifícios públicos envolvidos nos movimentos de rua. Tal teoria descritiva indica como esses padrões espaciais carregam em si *informação e conteúdo social*, através dos quais a forma do espaço público é definida por seus consequentes *padrões espaciais*. A vida social brasileira é revelada, assim, através de certos tipos de comunidades espaciais e transespaciais, ao lado de formas de solidariedade social que definem os espaços públicos (HOLANDA, 2002).

A tríade conceitual esquemática empregada na análise dos espaços públicos eleitos e demarcados pelos movimentos urbanos de rua pode, então, ser resumida na tríade *padrões espaciais* > *vida espacial* > *vida social*, se diferenciando do primeiro urbanismo modernista de Le Corbusier (2006) ao expressar o papel do urbanista como arquiteto e ao situar o planejamento urbano em um contexto mais amplo na atualidade. A morfologia urbana (DEL RIO, 1990), baseada no conceito de geografia urbana do meio-ambiente (*environment*) ou em um *comportamento ambiental* que antecede os estudos sobre *desenho ambiental* ou sobre *arquitetura de paisagem* como paradigma ecológico, indica aqueles *dilemas de apreciação* pós-modernos de paisagens simbólicas (MEINIG, D.W., 1979) que aparecem interligadas à produção morfológica do espaço público de Brasília e do Rio de Janeiro.

Os conflitos urbanos expressam, dessa maneira, uma preocupação com a história do ambiente construído e o emprego de precedentes históricos em *design*, relacionando passado e presente para falar da interação humana com os artefatos públicos envolvidos na violência urbana que é divulgada através da mídia digital. **A questão sociológica pertinente pode ser assim formulada: de quais metáforas alternativas podemos lançar mão para imaginar uma política cultural?** A resposta reside na poética da transgressão e nas forças carnavalescas suprimidas pelas elites burguesas em sua retirada da cultura popular e na possibilidade de entrar em contato com domínios sociais *baixos* ou *repulsivos*.

O conceito *carnavalesco* de Bakhtin como metáfora de transformação cultural e simbólica que não é simplesmente metáfora da inversão, define a pureza da inversão do *alto* e do *baixo*. No Brasil, este conceito foi transgredido, com o baixo invadindo o alto, ofuscando a imposição da ordem hierárquica com o *grotesco* indicando, de forma inequívoca, a natureza mista e ambivalente de toda vida cultural. (HALL, 2006, p. 211).

Estaríamos vivendo um momento de *transvalorização cultural* em que "a classe que não tem nada a perder senão seus grilhões" derruba a "classe que monopoliza os meios de vida material e mental" (HALL, *in op. cit.*, p. 206)? Os movimentos de rua são provocadores ao romper o isolamento rácio-social que as elites impuseram aos negros e aos mestiços das classes menos abastadas: ao invés de circular tranquilamente, com um comportamento *branco* típico das classes mais abastadas da população, a identidade periférica de jovens em movimento se revela como produtores de nova forma de política cultural, sem ideologia aparente a não ser aquela de um *vandalismo* conspícuo.

As metáforas de transformação e a interação entre limites e transgressões nos processos culturais a partir dos estudos da obra literária de Bakhtin, onde a *carnavalização* assume um papel transgressor preponderante revela que o "Brasil é o país do carnaval". Resta-nos indagar se somos também o "país da transgressão", como parecem demonstrar os recentes movimentos de rua que ocupam a mídia virtual. Esses movimentos de rua põem por terra a aparente circulação livre e o espaço aberto que os

shoppings centers proporcionam ao acionar a repressão policial que revela o preconceito racial e a violência dirigida aos *perdedores* da sociedade consumista brasileira.

O próprio futuro do espaço público participativo das cidades brasileiras está mudando agora de lugar devido às agruras socioeconômicas decorrentes de um mesmo consumo desenfreado que permite o acesso de todos à tecnologia digital e que estabelece uma comunicação virtual, *em tempo real*, entre pobres e ricos no espaço público brasileiro. Imaginar se o espaço da cidade pode constituir um *lugar* – não apenas um quadro de vida, mas sim um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada e de indagação sobre o presente e o futuro (SANTOS, 2000, p. 105) – implica levar em conta o funcionamento desterritorializado da economia e do poder político mundial.

Deve-se pensar que a difusão dos espaços de circulação e de consumo de massas, responsável tanto pela mobilidade urbana quanto pelas manifestações “ninja” de rua, compatível com certo anonimato dos *não-lugares* (AUGÉ, 1992), não impede a formação de microgrupos resistentes em seu seio. Ocorre aqui uma crescente extraterritorialidade de grupos e multidões de indesejáveis, ou dos *fora de lugar* em campos, centros de trânsito ou guetos. Identidades locais conseguem se enraizar do nada, criando um espaço de reflexões estabelecido pela mídia *ninja* virtual e de ações entre cidade nua e cidade densa que se mascara, se teatraliza, se pinta, desfila e escreve/grita *slogans* de protesto (cf. AGIER, 2011, p. 172).



4- Estética *kitsch* em Santa Cruz, R.J.

Foto: Lauro Cavalcanti, 1978.

CONCLUSÃO

A investigação busca responder às questões:

1) Como pensar e projetar o futuro, de maneira a garantir que a realidade urbana possa ser vivida como uma experiência humana, individual e coletiva no que tange ao desenho urbano de espaços públicos, aliados à mobilidade e às novas necessidades habitacionais decorrentes do aumento do consumo nos grandes centros urbanos brasileiros, tendo como foco a atuação de redes digitais de informação que deflagram cotidianamente movimentos sociais e político-econômicos que deixam marcas indelévels nas Cidades Contínuas|Ocupadas?

2) Como este universo de fluxos digitais pode interferir, positiva ou negativamente, na situação de violência vivida pelas megacidades latino-americanas que conduziu, por exemplo, à necessidade de ocupação forçada das ruas cariocas, em 2017, por cerca de 10.000 militares com tanques e a atual missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro por ordem expressa da Presidência da República, implantada em 17/02/2018 decorrendo do esgotamento das forças tradicionais de segurança

pública e de situações de grave perturbação da ordem que ocorreram durante o carnaval de 2018?

3) Como a mídia digital narra em tempo real, cotidianamente, as *marcas urbanas* deixadas pela violência de indivíduos e grupos *perdedores do sistema* em relação a veículos com o incêndio de ônibus / trens, assaltos de transeuntes, sequestros de carros e a depredação de artefatos públicos?

4) Como a morfologia urbana e os padrões espaciais dos artefatos expressam fenômenos socioeconômicos e político-culturais complexos revelados através dos movimentos de rua no novo espaço das cidades brasileiras determinado pela participação de mídias digitais em tempo real?

5) Qual é o questionamento crítico que a sociedade brasileira deve empreender neste momento de comoção social, tendo como foco o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que preconizam que toda pessoa pode se expressar, criar e difundir obras na língua que escolher e, em particular, em sua língua materna, além de ter direito a uma educação de qualidade que respeite sua identidade cultural, podendo participar da vida cultural pública com práticas culturais dentro de limites aos direitos humanos e às liberdades democráticas fundamentais? (BRANDT, *in op. cit.*, p. 5).

Parece, finalmente, ser possível responder à questão “é ainda possível sonhar no século XXI?” ao investigar de perto uma ânsia sôfrega pela cidadania e pelo dialogismo cultural revelada pelos movimentos

urbanos brasileiros que pode ser assim definida por Calvino (2017, p. 195-197):

Em vez de falar de Berenice, cidade injusta, eu deveria falar de Berenice oculta, a cidade dos justos. Uma outra Berenice injusta, portanto, está cavando o seu espaço dentro do duplo invólucro das Berenices justa e injusta. Dito isto, devo atrair a sua atenção para uma qualidade intrínseca dessa cidade injusta que germina em segredo na secreta cidade justa: trata-se do possível despertar – como um violento abrir de janelas – de um amor latente pela justiça (...).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos**. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2011.

ARENDT, Hannah. **Verdade e Política**. Lisboa, Relógio d'Água, 1995.

AUGÉ, Marc. **Non-lieux. Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité**. Paris, Seuil, 1992.

BRANDT, Leonardo (org.). **Políticas Culturais. Vol. 1**. Barueri, S.P., Manole, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: O Caminhar como Prática Poética**. São Paulo, Gustavo Gili, 2013.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo, Editora 34, 1997.

DEL RIO, Vicente. **Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo, PINI Editora, 1990.

DOHERTY, Gareth & MOSTAFAVI, Mohsen (edits.) **Urbanismo Ecológico**. São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Porto Alegre, Globo, 6ª ed., 2 vols., 1984.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura Contemporânea: Uma História Concisa**. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

GUIMARAENS, Dinah (org.). **Estética Transcultural na Universidade Latino-Americana: Novas Práticas Contemporâneas**. Niterói, Eduff, 2016.

HABERMAS, Jurgen. **A Nova Obscuridade**. São Paulo, Unesp, 2015.

Obras Escolhidas. Volume I. Fundamentação Linguística da Sociologia. Lisboa, Edições 70, 2010.

HALL, Stuart. **Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

HOLANDA, Frederico de. **O Espaço da Exceção**. Brasília, Editora UNB, 2002.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo, Ática, 2004.

LAFUENTE, Antonio. [Los cuatro entornos del procomún - CSIC digital](http://digital.csic.es/bitstream/10261/2746/1/cuatro_entornos_procomun.pdf). 17 Mar 2012. http://digital.csic.es/bitstream/10261/2746/1/cuatro_entornos_procomun.pdf. Acessado em 16/02/2018).

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. São Paulo, Perspectiva, 2006.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual?** São Paulo, Editora 34, 1996.

LIPOVESTSKY, Gilles & SERROY, Jean. **A Estetização do Mundo: Viver na Era do Capitalismo Artista**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

MEINIG, D.W. (editor) **The Interpretation of Ordinary Landscapes – Geographical Essays.** New York, Oxford, Oxford University Press, 1979.

POULAIN, Jacques. **De l’Homme: Elements d’Anthropobiologie Philosophique du Language.** Paris, Les Éditions du Cerf, 2001.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e Artes do Pós-Humano: Das Culturas das Mídias à Cibercultura.** São Paulo, Paulus, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

TSCHUMI, Bernard. **EVENT-CITIES 4: Concept-Form.** Cambridge, Massachusetts; London, England, The MIT Press, 2010.